

Árbitras nordestinas: trajetórias de vida no futsal

Northeastern brazilians referees: life trajectories in futsal

Árbitras del nordeste de Brasil: trayectorias de vida en el futsal

Maria das Dores Pinto Sant'Ana Lima^{a,b,c} , Roberta Souza Mélo^d ,
Christiane Garcia Macedo^{e*} 

Palavras-chave:

Arbitragem;
Mulheres;
Nordeste;
Futsal.

RESUMO

Este estudo teve como objetivos analisar a trajetória de vida de árbitras de futsal da região Nordeste e refletir sobre como suas representações de “ser mulher árbitra” se articulam à sua identificação enquanto “mulher nordestina”. Baseamo-nos nos campos da História Oral, História Cultural e nos Estudos de Gênero. Foram analisadas 13 entrevistas e documentos de acervos pessoais e institucionais. Nossas análises revelam que as interlocutoras se deparam com limitações às quais respondem recorrendo a variadas referências de gênero que, por sua vez, expõem as complexidades da categoria “mulher”. Destacamos, aqui, o lugar de uma “identidade regional” ao qual elas frequentemente se referem ao tratarem das formas encontradas para questionarem e enfrentarem os preconceitos que atravessam suas trajetórias.

Keywords:

Arbitration;
Women;
Northeast;
Futsal.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the life trajectory of referees from futsal in the northeastern region and reflect on how their representations of “being a referee woman” are linked to their identification as a “northeastern woman”. We are based on Oral History, Cultural History and Gender Studies. Thirteen interviews and documents from personal and institutional collections were analyzed. Our analyzes reveal the interlocutors are faced with limitations and difficulties to which they respond by resorting to various references of gender and behavior that, in turn, expose the complexities of the “woman” category. We highlight the place of a “regional identity” that they often refer to when dealing with the ways found to question and face the prejudices that cross their trajectories.

Palabras-clave:

Arbitraje;
Mujeres;
Nordeste;
Futsal.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la trayectoria de vida de las árbitras de futsal de la región nordeste y reflexionar sobre cómo sus representaciones de “ser mujer árbitra” se articulan con su identificación como “mujer del nordeste”. Nos basamos en la Historia Oral, la Historia Cultural y los Estudios de Género. Se analizaron 13 entrevistas y documentos de colecciones personales e institucionales. Nuestros análisis revelan que los interlocutores enfrentan limitaciones a las que responden recurriendo a diversas referencias de género que, a su vez, exponen las complejidades de la categoría “mujer”. Aquí, destacamos el lugar de una “identidad regional” a la que suelen referirse cuando se trata de las formas que encuentran para cuestionar y enfrentar los prejuicios.

^aRede Municipal de Ensino de Senhor do Bom Fim. Senhor do Bonfim, BA, Brasil.

^bRede Estadual de Ensino da Bahia. Senhor do Bonfim, BA, Brasil.

^cUniversidade Federal do Vale do São Francisco, Grupo de Pesquisa GEEPRACOR. Senhor do Bonfim, BA, Brasil.

^dUniversidade Federal do Vale do São Francisco, Colegiado de Educação Física, Grupo de Pesquisa LECCORPO. Petrolina, PE, Brasil.

^eUniversidade Federal do Vale do São Francisco, Colegiado de Educação Física, Grupo de Pesquisa GEEPRACOR. Petrolina, PE, Brasil.

*Autor correspondente:

Christiane Garcia Macedo

E-mail: christiane.macedo@univasf.edu.br

Recebido em 26 de setembro de 2022; aceito em 8 de novembro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e20220070>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O esporte tem sua origem marcada pela construção de uma masculinidade tradicional (Dunning, 2003), sendo esta uma manifestação de grande destaque na nossa sociedade, exprimindo os aspectos de uma cultura altamente generificada e generificadora (Goellner, 2016). O futsal é um dos esportes mais praticados no Brasil (Fonseca, 2007), apresentando muitas resistências às várias formas de participação de meninas e mulheres. A arbitragem é uma das funções em que se percebem nitidamente tais resistências, sobretudo por sua função de comando e sua vinculação a atributos de masculinidade historicamente definidos, tais como: capacidade de liderança, poder de decisão e firmeza (Abrahão e Viel, 2018). A ampliação da participação das mulheres na arbitragem do futsal ocorreu simultaneamente à intensificação da prática feminina, ao aumento do número de árbitras capacitadas e à criação do Quadro Nacional de árbitras da CBFS (Lima, 2020). Nascimento e Nunes (2014) destacam o protagonismo de Manoelita Valim Rodrigues, uma das primeiras a realizar o curso de arbitragem nessa modalidade, em 1980, pela Federação Paulista de Futsal (FPFS), na qual atuou até 2011. Por sua vez, Alane Lucena, no ano de 2000, foi a primeira mulher a ingressar oficialmente no quadro de árbitras do futsal brasileiro.

Ao mesmo tempo em que é preciso apontar os traços históricos que operam na falta de reconhecimento, cabe também destacar que as fronteiras delimitadas por esses marcadores da diferença não são indelévels. A esse respeito, apontamos para as complexidades envolvidas nas representações de gênero e, portanto, na construção dos sentidos da experiência de “ser mulher” sugeridos nos depoimentos das nossas entrevistadas acerca de suas trajetórias. Logo, é importante situarmos o entendimento da categoria gênero reconhecendo seu caráter variável, histórico e relacional (Scott, 1990) e, sob essa inspiração, significarmos os mecanismos sociais de regulação das diferenças não somente entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e outras mulheres.

Em se tratando da compreensão das posições de gênero a partir do contexto regional a que as narrativas das colaboradoras nos conduzem, é importante abordarmos os aspectos simbólicos, socioculturais e históricos demarcadores da construção do imaginário nordestino, o qual, por consequência, contribuiu para a produção social de um tipo característico: o “nordestino”. Segundo Albuquerque (2013), essa caracterização se fez em meio ao processo de modernização e às consequentes transformações sociais ocorridas na região a partir do final do século XIX até a década de 1940.

Cabe destacar, ainda, que os atributos de masculinidade vinculados a essa representação (força, valentia, coragem e virilidade), aparecem intimamente relacionados a um outro arquétipo fundamentado na “relação do seu corpo com o cenário inóspito da seca” (Lima, 2018, p. 30). Por esse caminho, legitimou-se

culturalmente uma disposição praticamente inata do “cabra macho” ao manejo das adversidades, bem como se exaltou sua capacidade de resistência e de enfrentamento das dificuldades.

Diante dessas considerações, buscamos analisar a trajetória de vida de árbitras de futsal da região Nordeste e refletir sobre como suas representações de “ser mulher árbitra” se articulam à sua identificação enquanto “mulher nordestina”. Este estudo parte do recorte de uma pesquisa realizada de 2018 a 2020. Utilizamos como aportes teóricos e metodológicos a História Cultural (Burke, 2005), os Estudos de Gênero (Goellner, 2005; Mourão, 2000; Louro, 1995) e a História Oral (Alberti, 2010; Macedo et al., 2016).

Como fontes da pesquisa selecionamos entrevistas e acervos pessoais de 11 árbitras do Nordeste brasileiro que participaram ou participam do quadro nacional de árbitras da Confederação Brasileira de Futebol de Salão – Futsal (CBFS). As entrevistas foram realizadas com base no Projeto Garimpando Memórias, envolvendo as seguintes fases: convite, adaptação do roteiro a cada entrevistada, gravação digital, transcrição, copidesque, pesquisa de termos, revisão pelas entrevistadas, revisão final e publicação¹. As coletas foram realizadas de janeiro a agosto de 2019, nas cidades de Sorocaba e São Paulo (SP), Fortaleza (CE), João Pessoa e Patos (PB), Teresina (PI), Salvador, Camaçari e Senhor do Bonfim (BA).

No princípio desta pesquisa, foram listadas 17 árbitras nordestinas CBFS que pertencem/pertenceram ao quadro da Federação Internacional de Futebol (FIFA) para comporem a amostra a serem analisadas. Das 17 iniciais, conseguimos entrevistar 10 (Ver Quadro 1). Além destas, integramos ao estudo Ana Meire Viana dos Santos (BA), ex-árbitra CBFS, cuja história é referendada por algumas outras entrevistadas e bastante reveladora para o objeto deste estudo. Ela experienciou os primórdios da arbitragem feminina de futsal, seus entraves e conquistas. Também compõem nossas fontes as entrevistas com Paraguassu Figueiredo, Diretor de Arbitragem da CBFS, e Inês dos Santos, ex-diretora do Departamento Técnico Feminino da CBFS na década de 2000. Eles nos ajudam a contar as histórias das árbitras e foram importantes figuras na formação do quadro nacional de Árbitras de Futsal.

O texto foi organizado em três partes. Na primeira, analisamos os sentidos do “ser mulher” envolvidos nas produções de si das interlocutoras, estendendo o diálogo com as construções de gênero que marcam o universo esportivo. Depois, na segunda parte, descrevemos e refletimos sobre a sua atuação enquanto árbitras. Por fim, discutimos as correlações dessas vivências e as especificidades demarcadas em seu entendimento enquanto “mulher nordestina”. Embora estruturados

¹ Site para consulta das entrevistas na íntegra: [Garimpando Memórias \(2022\)](#).

Quadro 1. Árbitras de Futsal entrevistadas.

Nome	Ano de Formação como árbitra	Estado(s) de atuação durante a trajetória	Foi atleta ? Sim ou Não	Formação/Profissão
Alane da Silva Lucena	1997/1998	PB/CE/PE	S	Jornalista
Ana Meire Viana dos Santos	Década de 1980	BA	S	História e Educação Física / Professora
Ana Paula Cerqueira Neves	2010	BA	S	Ciências Contábeis / Servidora pública
Fernanda Sousa Feijão	2005	CE/MA	S e técnica	Educação Física e Medicina /
Márcia Fernanda Lima Vieira	2002/2003	PI	S	Educação Física/ Professora
Nadjara Santos Andrade Barbosa	2010	BA	S	Educação Física
Nilmara Laísa Pereira Lima	2016	PI	S	Educação Física/ Professora
Patrícia Guedes Menezes	2012/2013	CE	S e treinadora	Educação Física/ Professora
Renata Neves Leite	1998	PB/SP	S	Administração/ Árbitra e formadora de arbitragem
Ruthyanna Camila Medeiros da Silva	+/- 2010	PB	S	Educação Física e veterinária/ Médica veterinária
Tiara Ferreira de Santana	2007	BA	S	Educação Física / professora

Fonte: Dados da pesquisa.

de forma separada no texto, tais aspectos se relacionam entre si a todo momento.

SER MULHER NO ESPORTE

Ao olharmos para as trajetórias de vida das árbitras, reforçamos que cada narrativa é única, contendo suas particularidades e especificidades. Devido à dimensão de um artigo, não seria possível apresentarmos uma a uma, mas podemos percebermos alguns pontos em comum, iniciando pela relação com o esporte e, mais especificamente, com o futsal e o futebol. Essa relação tem início na infância das pesquisadas e, em grande parte, na interação com pessoas do gênero masculino (irmãos, amigos, primos e vizinhos, por exemplo). Tiara, Patrícia, Renata, Nadjara, Fernanda, Márcia, Alane e Ana Meire contaram que seus irmãos e primos foram suas principais companhias para “jogar bola”. O contato inicial com esses esportes ocorreu, assim, informalmente, principalmente em espaços como a rua, e em companhia de algumas pouquíssimas meninas.

Também era comum a prática dentro de suas casas, com familiares. Segundo todas as entrevistadas, as aulas de Educação Física contribuíram para seu interesse pelo esporte. Ana Paula e Nilmara destacaram a escola como principal espaço para tal prática, pois seus pais não permitiam que brincassem na rua. Renata Leite demarca bem os vínculos entre suas memórias da infância e as práticas esportivas:

A minha infância, ela foi uma infância de toda criança criada no Nordeste, em cidade pequena. Sempre

brinquei muito na rua e o irmão mais novo era um menino. Então a gente sempre brincou de bola na rua com a molecada da vizinhança, né, jogava bola em casa, na casa dos vizinhos e daí começou a nascer a paixão pelo esporte. Na escola, eu sempre pratiquei atividade física e me dava muito bem nessas práticas esportivas. (Leite, 2019, p. 2).

Quanto às questões de gênero levantadas pelas narrativas iniciais, cabe destacar a leitura do esporte como “instituição generificadora” (Messner, 1992, p. 173), ou seja, como espaço construído e organizado por concepções dominantes de masculinidade e feminilidade, em que se definem quais são as práticas esportivas para homens e para mulheres. Transpor tais construções sociais e culturais do esporte e das brincadeiras infantis provocou, por muitas vezes, reações adversas nas pessoas com as quais algumas colaboradoras conviviam. Tiara Santana (2019, p. 3) relata a resistência de seus familiares em deixá-la, enquanto criança, participar de atividades definidas como “masculinas”:

Nossa! Muito difícil! Minha mãe vivia com a mão na cabeça o tempo todo, é, porque nesse período, a questão da homossexualidade também tava muito envolvida nessas atividades que eram dito masculinas e atividades femininas. Então minha mãe não deixava eu jogar bola com os meninos. Quando me via saindo pra jogar bola ou voltando, dizia que ia apanhar, que não fosse mais.

Márcia Vieira (2019) também nos fala da oposição de seus avós quando a viam brincando de bola com os meninos. Suscitam-se possíveis dúvidas quanto à sua sexualidade em função das brincadeiras infantis escolhidas. Assim, vê-se, em narrativas como essas, a problematização do caráter lúdico do brincar, sendo este atravessado por leituras dicotômicas culturalmente instituídas (Sousa e Altmann, 1999), com as quais as interlocutoras precisaram se confrontar desde cedo.

Os laços familiares aparecem marcadamente nos depoimentos, seja como suporte, seja pelos conflitos desencadeados por sua decisão pela carreira esportiva. Falas como as de Feijão, Vieira, Lima e Barbosa expressam bem esses dilemas. As duas primeiras explicam como sua opção pelo meio esportivo contrariou as expectativas dos pais. A terceira, embora apoiada pela mãe e, especialmente, pela avó, encontrou e encontra grande resistência na figura paterna. A quarta reconhece na filha sua maior incentivadora, mas, em contrapartida, enfrenta sérios problemas com o cônjuge em virtude de suas escolhas profissionais.

Figueiredo reconhece que, de fato, a relação com a família é um dos grandes dificultadores da inserção de novas mulheres na arbitragem do futsal:

A mulher é diferente. Ela tem outra... Desde pequena ela tem uma outra maneira de viver, né, na sociedade, dentro de casa. Algumas, os próprios pais mesmo não, não permitem que joguem futsal, né? Não querem que, às vezes, a pessoa... A pessoa quer fazer um curso de árbitra e ela é desaconselhada mesmo dentro de casa; então essa é a dificuldade. (Figueiredo, 2019, p. 14).

Nos casos acima, é no âmbito familiar que as entrevistadas percebem a assimilação e reiteração do que se convencionou culturalmente como masculinidade e como feminilidade. Como se vê, esses valores afetam e podem se estender nas relações e interações que elas desenvolvem com o mundo, das quais a prática esportiva é uma dimensão. Suas escolhas parecem afetar, sobretudo, a ideia de uma feminilidade tradicional e os valores heteronormativos que fundamentam as expectativas criadas pelos familiares a seu respeito.

A esse propósito, cabe voltar a mencionar o quanto esses modelos comportamentais e subjetivos, diferenciados por gênero, refletem-se na tendência em se indicar às meninas esportes que valorizem uma dada feminilidade, vinculada à leveza e à sensibilidade (Sousa e Altmann, 1999; Mourão, 2000), ao passo que os meninos são constantemente incentivados a modalidades esportivas tidas como viris, competitivas, agressivas, que exigem o uso da força e a vontade de ganhar. As entrevistadas enfatizam, assim, a necessidade de transgredir a fixidez dessas representações ao longo de suas vivências e, paulatinamente, nos dão indícios dos diferentes recursos de que necessitaram lançar mão para traçarem seus caminhos nesse universo.

SER ÁRBITRA: ESTAR NO COMANDO

Refletiremos, agora, sobre a atuação das interlocutoras na arbitragem do futsal, reconhecendo as ambiguidades e complexificações que o desempenho desse papel pelas mulheres ainda representa (Santos, 2015). Afinal, como pontuam Ferreira et al. (2013, p. 104),

A conquista do espaço feminino no esporte pode ser considerada de alcance apenas parcial. No que se refere ao comando esportivo, são os homens que ainda prevalecem. As esferas administrativas do esporte, incluindo os cargos de direção e de tomadas de decisão, constituem espaço de domínio masculino.

Sendo a arbitragem um desses espaços de comando, entendem-se os paradoxos entre a função de autoridade que dela se demandam e os modos de assujeitamento que as interlocutoras identificam tanto em suas experiências passadas quanto as mais recentes. Indagadas a respeito do que as motivou a adentrarem no cenário da arbitragem, as entrevistadas expuseram diversas razões. Dentre essas, destacam ter se espelhado nas experiências de outras mulheres árbitras. Ao retomarem seus percursos na carreira esportiva, lembraram a insatisfação com o tratamento recebido de árbitros, quando atletas, bem como a indiferença para com as equipes femininas. Desse modo, o exercício da arbitragem foi vislumbrado como forma de contribuir com o futsal no gerenciamento das competições, assegurando tratamento igualitário a todos/as, além do desejo de quebrar paradigmas nesse ambiente esportivo.

Nesse sentido, para o cenário nacional, a entrada de Alane Lucena (2019, p. 12) no quadro de arbitragem do futsal brasileiro foi um grande marco. Como ela nos conta:

No final de 2000, Douglas Gomes, que era o presidente, me chamou na Federação e disse que tinha uma vaga para o quadro nacional e que ele queria me colocar. Só que não existia quadro feminino. Não existia... E eu aceitei de pronto, *claro!* Aceitei de boa e foi assim que eu entrei no ano de 2000. Eu fui a primeira mulher no quadro nacional de arbitragem de futsal do Brasil, oficialmente. [...] inclusive seu Mário² ainda era vivo e eu não sei nem como ele deixou isso, porque ele não queria mulheres na arbitragem. Era muito conservador, muito... pra não dizer outra coisa, né?

Assim, também nas relações interinstitucionais e nas interações com outros sujeitos em posição de autoridade, as suas trajetórias são atravessadas por leituras generificantes com as quais necessitam “jogar” continuamente.

Outros desafios relatados expõem a força das atribuições de gênero em sua rotina profissional, sobretudo a de um jogo cultural que desqualifica a

² Mário Augusto Lopes, então dirigente da CBFS.

habilidade e capacidade das mulheres para determinadas funções³, como é o caso da arbitragem. Ana Paula [Neves \(2019\)](#) critica as disparidades no grau de tolerância em relação aos possíveis “erros” de arbitragem: no caso dos homens, o equívoco se justifica por serem falíveis, ao passo que as atitudes das mulheres são julgadas com outro nível de rigor, com o questionamento de sua competência.

Feijão também se manifesta a esse respeito: “Você vai enfrentar preconceito, você tem que provar que é *muito* melhor do que qualquer homem... Não basta ser boa, você tem que ser ótima, excelente, muito boa, pra você conhecer o mínimo reconhecimento” ([Feijão, 2019](#), p. 32-33). Compreende-se, assim, que ganhar reconhecimento e se manter em relações igualitárias requer romper o “teto de vidro” ([Rocha, 2006](#)) que legitima situações de subordinação e invisibilidade femininas em espaços historicamente definidos como masculinos. Experiências parecidas se revelam em outros relatos: “Eu sofri muitas barreiras. De chegar em alguns lugares e as pessoas dizerem que eu não ia apitar. Sim, vários lugares. ‘Mulher apitar? Aqui não. Aqui mulher não apita não’” ([Santos, 2019](#), p. 25).

Desse modo, em suas trajetórias, as entrevistadas se veem na necessidade ininterrupta de negociação com as simbologias desse cenário, como também ocorre no futebol segundo [Forbes et al. \(2015\)](#). Essa negociação não ocorre da mesma maneira para todas e é transpassada também por questões raciais, regionais, de orientação sexual, de classe e de desempenho. Além de romperem com essas situações, a manutenção dessa posição se mostra desafiadora. Por isso, [Barreira \(2021](#), p. 12) propõe passar para a metáfora do labirinto:

A mudança de metáfora do teto de vidro para o labirinto possibilita um olhar mais completo e complexo em relação às dificuldades enfrentadas por mulheres na progressão em carreiras de liderança no esporte brasileiro. A partir do labirinto, é possível reconhecer que as dificuldades e obstáculos existem ao longo de toda a carreira profissional de mulheres no esporte, desde a sua inserção à promoção como líderes. A metáfora também reconhece que as identidades de raça, classe e gênero interferem no ponto de partida e nos caminhos percorridos pelo labirinto. Uma vez que o centro do labirinto é alcançado ou o alto cargo de liderança é ocupado, esse acontecimento não garante que o labirinto seja desfeito e que as futuras líderes não encontrem obstáculos.

Ou seja, o caminho é diverso e particular, cada uma enfrentou diferentes caminhos. E depois de chegar, foi necessário continuar negociando e enfrentando possibilidades de ação, reconhecimento e lutas. Mas o

traçado de cada uma pode ajudar outras que também entrarão no labirinto. Veremos, a seguir, outra dimensão dos processos identitários, por elas mobilizada para a afirmação enquanto árbitras.

SER NORDESTINA

Como já sugerido, as representações de “ser mulher árbitra” e “ser mulher nordestina”, presentes de forma marcante nas elaborações das interlocutoras, apontam para as complexidades com que operam diversos marcadores sociais da diferença. Logo, envolvem elementos comuns das experiências, mas também exigem a atenção ao que há de particular em cada trajetória.

Temos visto que, em seus agenciamentos em meio às redes institucionais, as árbitras percebem a continuidade das assimetrias de gênero que operam na realidade social. Mas, por outro lado, há outras relações de poder que circunscrevem os percursos das entrevistadas no meio esportivo, revelando, por isso, como esse universo pode reproduzir antigas problemáticas da sociedade: trata-se, nesse caso, das marcas das desigualdades regionais que marcam o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo ([Faria, 1990](#)).

[Novaes \(2020\)](#), centrado nas dificuldades de clubes de futebol da região Nordeste, ajuda a elucidar os fatores históricos envolvidos nas discrepâncias entre esses clubes e os de “regiões mais valorizadas do país” ([Novaes, 2020](#), p.1). Apesar de abordar outra modalidade esportiva, o autor colabora para o entendimento das ressonâncias desses processos no universo das práticas esportivas mais atuais, refletindo-se na disparidade de oportunidades e nas dificuldades encontradas por atletas cuja trajetória não tenha se dado em condições impulsionadoras. A entrevistada Ruthyana também cita, por exemplo, que existem fatores mais objetivos que dificultam a atuação de árbitras nordestinas, como o número reduzido de jogos e times em relação às regiões Sul e Sudeste do país e as assimetrias das políticas de incentivo ao esporte nos diferentes estados.

Em alguma medida, a narrativa de [Figueiredo \(2019](#), p. 7-8) nos faz refletir sobre esse desequilíbrio das oportunidades. Ao mesmo tempo em que se refere ao Nordeste pela competência das profissionais da área, ele nos sugere que o reconhecimento das suas potencialidades depende, em parte, de uma busca meticulosa e – acrescentamos – de certa dose de “sorte” por parte das profissionais:

Então sempre a gente tá fazendo esse trabalho, garimpendo árbitras que a gente vê que tem um nível bom já... [...] Os demais estados são, são até, digamos assim, mais fracos do que a Região Nordeste. Alguns estados da Região Nordeste, da Região Norte, mesmo da Região Sudeste, não têm muitas árbitras, mas a gente sabe que na Região Nordeste é muito bom. Saem *excelentes árbitras* dali. É um celeiro de árbitras, o Nordeste. ([Figueiredo, 2019](#), p. 7-8).

³ A carreira como gestoras e técnicas encontram dificuldades também relacionadas a essas atribuições ([Ramos e Goellner, 2018](#); [Ferreira et al., 2013](#)).

A partir disso, trazemos à reflexão o entrecruzamento das condições diversas que atravessam as trajetórias dessas mulheres, bem como as leituras que fazem acerca das suas próprias posições dentro das redes de relações estabelecidas nos meios em que atuam.

É importante notar a perspectiva de algumas interlocutoras ao se reconhecerem em “escalas de localizações não centrais” e, portanto, enquanto “sujeitos em situação de margem” (Veiga, 2020 p. 4). Vieira (2019, p. 24), por exemplo, adjetiva a mulher-árbitra nordestina como símbolo de coragem e força “porque ser mulher, nordestina [riso], é tudo a margem, né? Tudo é minoria: mulher, nordestina; ou se não é minoria, não é dado o devido valor.”

Em nossa pesquisa, questionamos o que significava “ser árbitra nordestina”. Ana Paula assim o explica: “*Guerreira!* [silêncio]... Quando eu digo guerreira, é ser uma pessoa destemida, é ser uma pessoa forte, pronta para uma batalha” (Neves, 2019, p. 20). Patrícia Menezes retoma a adjetivação “guerreira” como sendo a principal característica daquelas que se dedicam à arbitragem, acionando o imaginário cultural que associa o *ethos* nordestino à capacidade de enfrentamento das adversidades.

A narrativa de Renata Leite também nos sugere o entrecruzamento de condições estruturais diversas inscritas na condição de “mulher árbitra nordestina”:

A gente que veio do Nordeste é... vamos dizer assim, que o trabalho, ele é mais bruto, então ele é mais rápido. Você se forma e você tá pronto prá qualquer competição... Você vai no dia a dia tomar porradas, né, desde a sua primeira escala. O que eu vejo nas árbitras nordestinas é que a gente é meio que forjada no ferro, sabe? No fogo. Joga ali no meio do buraco e deixa ver no que dá. É ser como diz o... o ditado da minha terra [riso]. “É ser mulher macho sim, senhor. É ser cabra da peste!” É ressaltar que a nossa, a nossa vida não é fácil desde o momento em que nós nascemos, porque é uma região sem água e sofrida e nós somos sobreviventes, mas que mesmo passando por tudo isso, a gente não perde o brio, a gente não perde a vontade de lutar, a gente não perde a alegria [riso]. (Leite, 2019, p. 24).

Desse modo, ao pontuar certo tom de “embrutecimento” que entende como necessário para a sua introdução e permanência nesse meio, a interlocutora recorre a atributos igualmente presentes na narrativa regionalista que produziu também o “homem nordestino”, ao passo que se desapropria, ao menos parcialmente, das características culturalmente vinculadas à feminilidade, como doçura, leveza e outras tão bem incorporadas pelo próprio universo esportivo ao longo de sua trajetória histórica. Há também, nesse sentido, uma espécie de “naturalização” da capacidade de resiliência da mulher nordestina, que precisa ser reiterada como mecanismo de defesa e de assinalação de sua capacidade profissional. Nas estratégias para

a sobrevivência simbólica e prática nesses arranjos institucionais, elas destacam, então, os paradoxos, as complexidades e os interseccionamentos que compõem seus processos identitários.

Cabe lembrar, contudo, que a necessidade de acessar tais mecanismos se dá desde suas relações “mais locais”, como considera Feijão ao refletir sobre as heranças culturais nas condições de atuação profissional dessas mulheres:

A cultura do Nordeste é uma cultura muito machista. É intrínseco, né? Não adianta as pessoas... Claro! Graças a Deus tá mudando, tá evoluindo, mas é a passos de tartaruga. A gente tem o preconceito desde *dentro* da Federação, dos *homens que administram o corpo*. Por exemplo, aqui no Ceará, *todo* o corpo de dirigentes de arbitragem são homens. (Feijão, 2019, p. 32-33).

Mecanismos que podem, inclusive, ser parecidos com o de outras mulheres em outras modalidades ou em outras regiões, como no interior de estados e as regiões Centro-oeste e Norte do país. A vinculação com a simbologia nordestina se mostra como um ponto de resistência ao discurso machista e à falta de estrutura, sem negar a força e a competência dessa mulher para os enfrentamentos que se colocam.

Assim, diante das situações que lhes demandam reflexividade e negociações contínuas, as árbitras aqui entrevistadas conduzem sua agentividade na tentativa de encararem, enfrentarem e subverterem as limitações impostas. Nas articulações com homens e outras mulheres para o registro de suas trajetórias profissionais, as participantes se veem no desafio de reconhecerem diferenças socialmente pontuadas e, ao mesmo tempo, inscreverem suas particularidades, retomando, desfazendo ou refazendo as referências que marcam seus deslocamentos e percursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto nos debruçamos sobre a trajetória das árbitras nordestinas de futsal, analisando os desdobramentos de suas identidades. Percebemos que o ingresso de muitas nos esportes se deu a partir de brincadeiras com parentes do sexo masculino, como irmãos e primos, o que é recorrente nas trajetórias de mulheres vinculadas ao futsal ou futebol, devido à cultura do nosso país. As árbitras entrevistadas, assim como as mulheres em geral, estão pouco a pouco se inserindo em todos os campos de trabalho e no esporte.

Na arbitragem, uma grande barreira é o “teto de vidro”, um entrelaçamento por ser mulher e estar num espaço de comando, de decisão hegemonicamente de homens. Por isso, sentem uma maior cobrança e rigor em relação aos seus colegas, dificultando seu desenvolvimento. O que nos leva à metáfora do labirinto, pois são diversos os caminhos e diversas as formas de enfrentá-los, e ao chegar ao lugar de comando, ainda se faz necessário cotidianamente continuar lutando.

Em suas falas também destacamos o pertencimento ao Nordeste, visualizando a incorporação de características tradicionalmente associadas a essa região e ressignificadas em seu trabalho. Embora as assimetrias citadas sejam sentidas por mulheres no esporte em outras regiões, simbolicamente se reconhecem como “guerreiras” por serem nordestinas. Entrelaçam, assim, essas identidades, mostrando também as diversas possibilidades de vivenciá-las.

Neste texto, focamos nas trajetórias das árbitras e em algumas questões que nos pareceram mais centrais em suas falas. Outros estudos poderiam ser feitos a fim de analisar mais profundamente aspectos que não conseguimos trazer aqui, tais como: a interseccionalidade com questões de classe, raça, sexualidade, geração, a relação das árbitras com as instituições reguladoras, a formação paralela à atuação de árbitra, os financiamentos para a sua atuação e a opção pela arbitragem para se manter no futsal em alternativa a outras posições como de treinadora ou gestora.

Por fim, destacamos que este estudo pode colaborar para a construção de políticas de inclusão das mulheres, não somente em sua participação como atletas, mas especialmente no aumento de sua representatividade em cargos como árbitras, técnicas, treinadoras e gestoras. Também pode nos ajudar a pensar na responsabilidade e no papel de instituições como a família, a escola e o próprio esporte para o desenvolvimento das potencialidades e habilidades de mulheres. Nesse sentido, há de se reconhecer que a precariedade de investimentos se verifica em diversos âmbitos da existência dessas atletas, bem como nas distintas fases de sua trajetória.

É necessário contar e recontar histórias como as aqui relatadas para visibilizar o esforço e conquistas de mulheres que, apesar das condições adversas, se firmaram por sua capacidade e pela sensibilidade de pessoas presentes na gestão. Talvez o que tentamos aqui, por meio das trajetórias, foi rever, transpor ou problematizar os entendimentos tradicionais, mostrando a amplitude dos modos de se reconhecer como mulher, árbitra e nordestina.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização

CONFLITOS DE INTERESSE

As autoras declaram não haver conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

Abrahão J, Viel P. Liderança feminina: o espectro da masculinização das mulheres e os desafios da desigualdade de gênero em posições de poder. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; 2018; Joinville, SC. Anais. São Paulo: INTERCOM; 2018.

- Alberti V. Histórias dentro da história. In: Pinsky CB, editor. Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto; 2010. p. 155-202.
- Albuquerque DM Jr. Nordeste: invenção do “falo”: uma história do gênero masculino. São Paulo: Intermeios; 2013.
- Barreira J. Mulheres em cargos de liderança no esporte: rompendo o teto de vidro ou percorrendo o labirinto? Movimento. 2021;27:e27080. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.118131>.
- Burke P. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Zahar; 2005.
- Dunning E. El fenómeno deportivo: estudios sociológicos en torno al deporte, la violencia y la civilización. Traducción Pedro González Del Campo Román. Barcelona: Editorial Paidotribo; 2003. 327 p.
- Faria CN. Puxando a sanfona e rasgando o nordeste: relações de gênero na música popular nordestina (1950). Mneme. 1990;3(5):2002.
- Feijão FS. Projeto Garimpendo Memórias. [Entrevista concedida a Maria das Dores Pinto Sant’Ana Lima]. Fortaleza, CE, 20 jul. 2019. 47 p.
- Ferreira HJ, Salles JGC, Mourão L, Moreno A. A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil. Movimento. 2013;19:103-24. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.29087>.
- Figueiredo PF. Projeto Garimpendo Memórias. [Entrevista concedida a Maria das Dores Pinto Sant’Ana Lima]. Salvador, BA; 7 abr. 2019. 27 p.
- Fonseca C. Futsal: o berço do futebol brasileiro. São Paulo: Aleph; 2007.
- Forbes A, Edwards L, Fleming S. ‘Women can’t referee’: exploring the experiences of female football officials within UK football culture. Soccer Soc. 2015;16(4):521-39. <http://dx.doi.org/10.1080/14660970.2014.882829>.
- Garimpendo Memórias [Internet]. 2022 [citado em 2020 Ago 24]. Disponível em: <https://garimpendomemorias.univasf.edu.br/>
- Goellner SV. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Rev Bras Educ Fís Esporte. 2005;19(2):143-51.
- Goellner SV. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. Rev USP. 2016;108:29-38. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i108p29-38>.
- Leite RN. Projeto Garimpendo Memórias. [Entrevista concedida a Maria das Dores Pinto Sant’Ana Lima]. Sorocaba, SP, 25 maio 2019. 41 p.
- Lima JM. Pelo que bate o coração de um vaqueiro?: uma análise das vivências corporais e estrutura dos sentimentos de praticantes de vaquejada do sertão pernambucano [dissertação]. Petrolina: Universidade Federal do Vale do São Francisco; 2018.
- Lima MDPS. Mulheres nordestinas na arbitragem do futsal: institucionalização e trajetórias [dissertação]. Petrolina: Universidade Federal do Vale do São Francisco; 2020 [citado em 2020 Ago 24]. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/~tcc/000019/0000191e.pdf>>
- Louro G. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. Educ Real. 1995;20(2):101-32.
- Lucena AJS. Projeto Garimpendo Memórias. [Entrevista concedida a Maria das Dores Pinto Sant’Ana Lima]. João Pessoa, PB, 5 jun. 2019. 81 p.

- Macedo C, Berté IL, Goellner SV. História oral na era digital: a experiência do projeto Garimpando memórias. *História Oral*. 2016;19(1):41-58.
- Messner M. *Power and play: sports and the problem of the masculinity*. Boston: Beacon Press; 1992.
- Mourão L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. *Movimento*. 2000;6(13):5-18. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.11777>.
- Nascimento AS, Nunes MLF. A mulher árbitra de futsal: entre a norma e a resistência. *Intersecções*. 2014;16(1):197-219. <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.13470>.
- Neves APC. Projeto Garimpando Memórias. [Entrevista concedida a Maria das Dores Pinto Sant'Ana Lima]. *Senhor do Bonfim*, BA, 29 jan. 2019. 25 p.
- Novaes YS. A estrutura organizacional e as estratégias competitivas no futebol: uma análise do desempenho dos clubes nordestinos entre 2003 e 2019 [trabalho de conclusão de curso]. Salvador: Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia; 2020.
- Ramos S, Goellner S. Sabe aquele gol que o Pelé não fez? *Eu Fiz! A trajetória esportiva de Duda*. Rio de Janeiro: Drible de Letra; 2018.
- Rocha C. *Gênero em ação: rompendo o teto de vidro?* [tese]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2006.
- Santana TF. Projeto Garimpando Memórias. [Entrevista concedida a Maria das Dores Pinto Sant'Ana Lima]. *Salvador*, BA, 5 abr. 2019. 37 p.
- Santos AMV. Projeto Garimpando Memórias. [Entrevista concedida a Maria das Dores Pinto Sant'Ana Lima]. *Camaçari*, BA, 27 jul. 2019. 46 p.
- Santos IC. As mulheres árbitras de futebol. *Sem Interlinhas*. 2015;3(1):81-90.
- Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educ Real*. 1990;16(2):5-22.
- Sousa ES, Altmann H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. *Cad CEDES*. 1999 Aug;19(48):52-68. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621999000100004>.
- Veiga AM. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Tempo Argum*. 2020;12(29):e0101. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0101>.
- Vieira MFL. Projeto Garimpando Memórias. [Entrevista concedida a Maria das Dores Pinto Sant'Ana Lima]. *Teresina*, PI, 16 maio 2019. 29 p.